

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências

Autor: Deputada JANDIRA FEGHALI

Relator: Deputado ROBERTO GOUVEIA

I – RELATÓRIO

A proposição sob análise, de autoria da ilustre DEPUTADA JANDIRA FEGHALI, visa a disciplinar o exercício da medicina e a atuação dos Conselhos de Medicina em todo o território nacional.

Para tanto, conceitua o aludido Conselho, define seu campo de atuação e sua natureza jurídica. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são definidos como órgãos supervisores, normatizadores, disciplinadores, fiscalizadores e julgadores da atividade profissional médica. Define, também, o campo de atuação dos Conselhos na esfera do trabalho individual e institucional, público e privado, com competência para autorizar ou interditar, no todo ou em parte o exercício da atividade em qualquer circunstância.

No que concerne à natureza jurídica, os conselhos são concebidos como entes de direito público, com autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

A seguir, são definidos os princípios e diretrizes de atuação dos citados órgãos, destacando-se a possibilidade de se articularem com as autoridades sanitárias para fiscalização e avaliação das condições de trabalho, da qualidade dos serviços e das situações de risco que envolvam estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Na seqüência, estabelece a jurisdição do Conselho Federal e cria o Conselho Pleno Nacional a ser formado pelos membros da instância federal e por dois representantes de cada Conselho Regional. São demarcadas igualmente as competências dessa instância decisória, bem como a forma de suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Em prosseguimento, são enunciadas a composição dos Conselhos Federal e Regionais, número mínimo e máximo de membros desses últimos, duração dos mandatos, prerrogativas e deveres dos conselheiros, destacando-se a estabilidade e inamovibilidade nos seus empregos e cargos públicos.

Dando continuidade, são explicitadas as regras para a eleição dos conselheiros, vinculando-se as eleições para o Conselho Federal às relativas aos Conselhos Regionais.

São previstas, então, formas de atuação descentralizadas das instâncias regionais, por intermédio de Delegacias Regionais, Comissões de Ética em regiões, cidades e instituições, de acordo com as necessidades e especificidades regionais.

Em continuação são definidas as receitas dos Conselhos Federal e Regionais, basicamente constituída pela anuidades pagas pelos médicos e divididas entre aquele e esses na proporção de 25% e 75%, respectivamente.

As atribuições da esfera federal e das regionais são dispostas em seguida, bem como a relação entre elas.

Na seqüência são fixadas as condições para o exercício da

medicina, sendo requisito indispensável o registro do diploma e a inscrição no respectivo Conselho. Nesse item, são previstas as formas de filiação temporária para médicos estrangeiros, bem como a obrigatoriedade de filiação dos médicos militares. São previstas, outrossim, a inscrição de instituições públicas e privadas, incluindo-se nessas últimas as que comercializam ou operam planos e seguros de saúde.

Em seguida, são estabelecidas as normas a serem utilizadas quando da execução de processos disciplinares, destacando-se o asseguração de ampla defesa. São estabelecidas também as penalidades aplicáveis aos médicos.

São previstos também as formas e prazos para a interposição de recursos.

Por fim, são definidas algumas disposições gerais e transitórias.

A ilustre Autora, ao justificar sua iniciativa, destacou a idéia central do Projeto de Lei que é a de tirar dos Conselhos o papel de órgãos de classe e colocá-los como instrumentos de defesa da sociedade.

A matéria é de competência regimental deste Órgão Técnico, cabendo-nos pronunciarmo-nos em caráter preliminar, não estando dispensada a apreciação em Plenário devido à urgência regimental, conforme previsto no art. 24, II, h, do Regimento da Casa.

Além da Comissão de Seguridade Social e Família, deve pronunciar-se quanto ao mérito a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deverá oportunamente manifestar-se a Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Sendo matéria tramitando em regime de urgência, não foi aberto prazo para apresentação de Emendas.

É o Relatório

II - VOTO DO RELATOR

O papel dos conselhos de fiscalização profissional, em geral, e dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, em particular, é essencial para o equilíbrio do exercício profissional e para a boa prestação de serviços à população. Com efeito, a atuação destes órgãos permite que a população tenha a garantia de que o profissional regularmente inscrito num conselho foi de fato formado para o desempenho daquela profissão e, adicionalmente, pode ser fiscalizado e punido com base num conjunto de normas razoáveis e conhecidas.

Sensível a esse fato e ciente de que as normas em vigor já se encontram carentes de atualização, visto que remontam há mais de 40 anos, a eminente DEPUTADA JANDIRA FEGHALI ofereceu a proposição sob comento. Tal fato não nos surpreende, já que a citada Parlamentar tem se notabilizado nessa Casa por uma atuação firme e decidida, mormente em temas relacionados à saúde e à profissão médica.

Ocorre, entretanto, que, passados já 4 anos desde a apresentação do Projeto de Lei, novas demandas e reflexões puderam ser acumuladas, oriundas das entidades médicas e da sociedade, com vistas a que se aperfeiçoe o já excelente texto em questão.

Assim, resolvemos introduzir uma série de modificações no Projeto com vistas à consecução dos objetivos de atualização e melhoramento, na forma de 32 Emendas anexas, quais sejam:

Emenda n.º 01: nova redação ao art. 2º.

Emenda n.º 02: nova redação para o caput do art.3º.

Emenda n.º 03: nova redação para o parágrafo único do art. 3º, com vistas a tornar o texto mais claro e escorreito.

Emenda n.º 04: adaptação do art. 4º à boa técnica legislativa, de forma a que contenha dois de seus dispositivos em 2 parágrafos.

Emenda n.º 05: acrescenta inciso ao art. 5º conferindo poderes reais de fiscalização aos conselhos.

Emenda n.º 06: nova redação ao art. 8º, com vistas a reduzir a participação dos

Conselhos Regionais a um membro no Conselho Pleno, de forma a equilibrar a influência entre tais instâncias e o congênere Federal.

Emenda n.º 07: acrescenta inciso ao art. 10º, introduzindo a figura do conselheiro representante da Associação Médica Brasileira (AMB) no Conselho Federal de Medicina.

Emenda n.º 08: nova redação ao art. 11º, reduzindo o número máximo de conselheiros nas instâncias Regionais para 40 e introduz o conselheiro representante da AMB nessas instâncias. No parágrafo único, remete a definição dos critérios para o número de conselheiros ao Conselho Pleno.

Emenda n.º 09: nova redação ao art. 17, com vistas a dar ao Conselho Federal competência de fixar o valor de diárias e jetons, mesmo os que forem pagos pelos Conselhos Regionais.

Emenda n.º 10: nova redação ao art. 18, introduzindo a expressão "embora independentes" para qualificar as chapas que concorram às eleições, tanto no âmbito Federal, como no Regional.

Emenda n.º 11: inclui um § 2º no art. 18, vedando a participação de médicos estrangeiros, inscritos temporariamente, nas eleições dos Conselhos.

Emenda n.º 12: nova redação ao art. 19, ressaltando-se no § 2º introduzido pela Emenda anterior, para fim de definição dos médicos elegíveis.

Emenda n.º 13: dá nova redação ao art. 26, de forma a cometer ao Conselho Federal, ouvido o Pleno, a competência de fixar o valor das anuidades.

Emenda n.º 14: nova redação ao inciso XI do art. 29.

Emenda n.º 15: adiciona mais 5 incisos no art. 29, relativo às competências do Conselho Federal de elaborar tabela referencial de honorários fundamentada na lista hierarquizada de procedimentos médicos, definir a lista de especialidades médicas e propor a revisão e alteração do Código de Ética.

Emenda n.º 16: nova redação aos incisos V e XX do art. 30.

Emenda n.º 17: adiciona mais 4 incisos no art. 30, relativo às competências dos Conselhos Regionais, incluindo as atribuições de cobrar as anuidades de seus filiados, emitir certidões e criar comissões para atuar junto aos Poderes Públicos.

Emenda n.º 18: inclui o § 3º no art. 31, renumerando-se os demais, estabelecendo prazo de isenção da obrigação de inscrição secundária para o médico militar e o médico servidor público, por necessidade de serviço.

Emenda n.º 19: Dá nova redação ao artigo 32, vedando a inscrição do médico estrangeiro com visto temporário.

Emenda n.º 20: suprime o inciso VI do art. 35.

Emenda 21: adiciona um parágrafo único ao art. 35, de forma a permitir a interdição da atividade médica quando houver prejuízo à dignidade médica, à segurança da população ou falta de condições para o exercício profissional.

Emenda n.º 22: suprime o § 1º do art. 37.

Emenda nº 23: suprime o art. 38 e seus parágrafos na medida em que a emenda de n.º 5 já confere poderes aos conselhos articulados com as autoridades sanitárias.

Emenda n.º 24: modifica a redação do § 1º do art. 40 estabelecendo que a escolha do corregedor deverá recair sobre o Conselheiro.

Emenda n.º 25: nova redação ao § 3º do art. 40, para permitir uma reeleição do corregedor.

Emenda n.º 26: nova redação ao §4º e inciso I do art. 40, alterando a expressão “judicante” por “disciplinares”.

Emenda nº. 27: nova redação ao inciso IV do art. 40, alterando a expressão “judicante” por “de julgar”.

Emenda nº. 28: suprime o art. 41 da proposição.

Emenda n.º 29: inclui art. 44, convalidando as decisões administrativas referentes à Constituição do Plenário do Conselho Federal de Medicina, no que tange à representatividade dos Estados e do Distrito Federal, de 1988 até e entrada em vigor da lei.

Emenda nº 30: nova redação ao art. 45, revogando-se a Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, que regula o funcionamento dos Conselhos atualmente.

Emenda n.º 31: inclui art... onde couber, referendando os mandatos dos atuais conselheiros até setembro de 2004.

Emenda n.º 32: Cria um novo Título VII com seis artigos referindo-se á prescrição.

Isto posto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 92, de 1999, com as Emendas de número 1 a 32 em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

303654.010

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 01 DO RELATOR

Dê-se ao caput do artigo 2º , a seguinte redação:

Artigo 2º - O Conselho Federal de Medicina e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores, normatizadores, disciplinadores, fiscalizadores e julgadores da atividade profissional médica em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA N.º 02 DO RELATOR

Dê-se ao caput do art. 3º, a seguinte redação:

Artigo 3º - A atuação dos Conselhos de Medicina abrange o trabalho individual e institucional público e privado.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 03 DO RELATOR**Dê-se ao artigo 3º, a seguinte redação:**

§1º - Incluem-se no campo de atuação referido neste artigo, as competências para autorizar ou interditar, no todo ou em parte, o exercício da atividade do médico.

§2º - As unidades militares de saúde também se submetem ao regulamento de suas respectivas corporações.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA

Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 04 DO RELATOR

Dê-se ao art. 4.º a seguinte redação:

Art. 4º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos fiscalizadores do exercício da medicina, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

§ 1.º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, como autarquia federal estão sujeitos ao controle externo do Congresso Nacional através do Tribunal de Contas da União.

§ 2.º - Aplica-se aos empregados dos Conselhos de Medicina o regime trabalhista da consolidação das leis trabalhista (CLT).

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 05 DO RELATOR

Dê-se ao inciso VII do art. 5º a seguinte redação:

Art. 5º - ...

VII - Articular-se com as autoridades sanitárias para a fiscalização e avaliação das condições de trabalho, da qualidade dos serviços e das situações de risco que envolvam estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, bem como para a adoção das providências necessárias para que cessem os motivos que lhes deram causa.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 06 DO RELATOR**Dê-se ao Art. 8.º a seguinte redação:**

Art. 8º - O Conselho Pleno Nacional será formado pelos membros do Conselho Federal e por 1 (um) representante de cada um dos Conselhos Regionais.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 07 DO RELATOR**Dê-se ao Art. 10 a seguinte redação:**

Art. 10 - O Conselho Federal de Medicina contará com um conselheiro titular e um conselheiro suplente por unidade da Federação, e com um Conselheiro titular indicado pela Associação Médica Brasileira e respectivo suplente.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 08 DO RELATOR

Dê-se ao art. 11 e respectivo parágrafo único a seguinte redação:

Art. 11 - Cada Conselho Regional de Medicina contará com um número de Conselheiros titulares não inferior a 10 (dez) e não superior a 40 (quarenta) e igual número de suplentes e um conselheiro titular e suplente, indicados pela representação estadual da Associação Médica Brasileira.

Parágrafo Único - O Conselho Federal de Medicina deverá estabelecer por meio de resolução, após consulta ao Conselho Pleno Nacional, os critérios a serem utilizados a fim de dar cumprimento ao que determina o caput deste artigo.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 09 DO RELATOR**Dê-se ao art. 17 a seguinte redação:**

Art. 17 - A função de Conselheiro não é remunerada, cabendo no entanto a concessão de diárias, jetons ou auxílio de representação quando da realização de tarefas do respectivo Conselho na forma que vier a ser regulada pelo Conselho Federal de Medicina e por cada Conselho Regional, no âmbito de sua jurisdição, sendo competência do Conselho Federal de Medicina fixar os respectivos valores.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 10 DO RELATOR**Dê-se ao art. 18 a seguinte redação:**

Art. 18 - As eleições para o Conselho Federal de Medicina serão diretas, coincidentes com as eleições para os Conselhos Regionais, embora independentes, e por meio de chapas formadas por um titular e um suplente.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 11 DO RELATOR

Inclua-se o § 2.º ao Art. 18:

Art. 18 ...

§ 2º - O médico estrangeiro inscrito temporariamente nos quadros dos Conselhos Regionais de Medicina não poderá participar das eleições para os Conselhos Federal e Regionais de Medicina.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 12 DO RELATOR**Dê-se ao art. 19 a seguinte redação:**

Art. 19 - Para as eleições dos Conselhos Regionais de Medicina serão registradas chapas completas, sem explicitação de diretoria, podendo concorrer qualquer médico regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional de Medicina, ressalvada a proibição prevista no parágrafo segundo do artigo 18.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 13 DO RELATOR

Dê-se ao art. 26 a seguinte redação:

Art. 26 – O Conselho Federal de Medicina, ouvido o Conselho Pleno Nacional, fixará anualmente o valor e a forma de pagamento das anuidades obrigatórias para pessoas físicas e jurídicas.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 14 DO RELATOR

Dê-se ao inciso XI do art. 29 a seguinte redação:

Art. 29 - O Conselho Federal de Medicina tem as seguintes atribuições:

XI - expedir as resoluções normativas necessárias ao eficiente exercício da medicina;

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 15 DO RELATOR

Incluem-se os incisos XVI, XVII, XVIII, XIX E XX ao art. 29 :

XVI – avaliar, tendo por base as orientações do Conselho Nacional de Saúde, novos procedimentos médicos, definindo os aceitos, os vedados e os que devem ser considerados como pesquisa;

XVII – Elaborar e atualizar, quando necessário, com auxílio das entidades médicas nacionais de caráter associativo e sindicais uma tabela referencial de honorários para o setor privado complementar e suplementar fundamentada na lista hierarquizada de procedimentos médicos;

XVIII – Definir em conjunto com a Associação Médica Brasileira, a Comissão Nacional de Residência Médica, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação as especialidades médicas e suas respectivas áreas de atuação;

XIX – publicar anualmente a listagem dos médicos com título de especialista registrados nos Conselhos de Medicina;

XX – propor e aprovar a revisão e alteração do Código de Processo Ético-Profissional.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 16 DO RELATOR**Altera a redação dos incisos V e XX do art. 30.**

V – Fiscalizar o exercício profissional do médico seja ele pessoa física ou jurídica.

XX - Fiscalizar, a aplicação da receita, apreciar o relatório anual e deliberar sobre o balanço e as contas de sua diretoria para posterior deliberação em assembléia geral a ser realizada no primeiro trimestre do ano fiscal seguinte mediante convocação em jornal local de grande circulação.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 17 DO RELATOR**Acrescenta novos incisos ao art. 30.**

Art. 30...

XXI – Fiscalizar o exercício profissional no âmbito público ou privado

XXII - Cobrar de seus inscritos as anuidades, taxas e multas

XXIII- Expedir certidão relativa ao crédito previsto no inciso XXI, que constituirá título executivo extra- judicial.

XXIV – Criar departamentos de fiscalização do exercício profissional médico e de serviços médico-assistenciais.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 18 DO RELATOR

Inclua-se o § 3º no art. 31, renumerando-se os demais:

Art. 31 ...

§ 3º - O médico militar e o médico servidor público quando, por necessidade de serviço, exercerem atividade médica, por período não superior a 90 dias, fora da jurisdição do Conselho Regional de Medicina onde estiverem inscritos, são isentos da obrigação de inscrição secundária, devendo contudo comunicarem ao Conselho Regional de Medicina, onde a atividade será exercida, o motivo, local e período em que estarão exercendo suas funções.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 19 DO RELATOR**Dê-se ao artigo 32 a seguinte redação:**

Art. 32 - É vedada a inscrição de médico estrangeiro, com visto temporário, que realize estudos pós-graduados ou estágios em instituições de ensino no país, devidamente credenciados pelo sistema educacional, excetuando-se os casos com autorização legal.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA N.º 20 DO RELATOR

Suprima-se o inciso VI do art. 35.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 21 DO RELATOR

Inclua-se no art. 35 um parágrafo único:

Art. 35 ...

Parágrafo Único – O Conselho Regional de Medicina poderá interditar cautelarmente o exercício do profissional médico quando existir flagrante prejuízo à dignidade da Medicina ou marcante risco à saúde da população resultante da atividade médica.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA N.º 22 DO RELATOR

Suprima-se o §1º do art. 37, renumerando-se os demais parágrafos.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA N.º 23 DO RELATOR

Suprima-se o art. 38 e seus parágrafos.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 24 DO RELATOR

Dê-se ao § 1.º do art. 40 a seguinte redação:

Art. 40 ...

§ 1.º - A escolha do Corregedor será feita em Plenário com o voto da maioria absoluta, devendo a escolha recair sobre Conselheiro.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 25 DO RELATOR

Dê-se ao § 3.º do art. 40 a seguinte redação:

Art. 40 ...

§ 3.º - Será permitida uma reeleição do corregedor

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 26 DO RELATOR

Dê-se ao § 4.º e inciso I do art. 40 a seguinte redação:

Art. 40 ...

§ 4.º - A supervisão da atividade disciplinar pelo Corregedor sera feita através de:

I – Verificação regular do cumprimento das atividades disciplinares pelo respectivo Conselho:

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 27 DO RELATOR

Dê-se ao inciso IV do art. 40 a seguinte redação:

Art. 40 ...

IV – Apresentação de denuncia ao Plenário do Conselho contra qualquer dos Conselheiros, inclusive o Presidente, quando do grave e reiterado descumprimento do dever de julgar.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA N.º 28 DO RELATOR

Suprime-se o art. 41 da proposição, renumerando-se os seguintes.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 29 DO RELATOR**Inclua-se o art. 44 renumerando-se os demais:**

Art. 44. Ficam convalidadas as decisões administrativas referentes à constituição do Plenário do Conselho Federal de Medicina, no que tange à representatividade dos Estados e do Distrito Federal, tomadas de 6 de outubro de 1988 até a vigência desta lei.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º 30 DO RELATOR

Dê-se ao art. 45 a seguinte redação:

Art. 45 - Revoga-se a lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 31 DO RELATOR**Inclua-se o art. ... onde couber**

Art. ... - Ficam referendados os mandatos dos atuais conselheiros federais, com vigência até 30 de setembro de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**PROJETO DE LEI Nº 92, DE 1999**

Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º 32 DO RELATOR

Acrescente-se à proposição, onde couber, um novo Título VII, com 6 arts. renumerando-se os demais

**“Título VII
DA PRESCRIÇÃO**

Art. ... - A punibilidade por falta ética sujeita a processo ético-profissional prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir do conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.

Art. ... - São causas de interrupção do prazo prescricional de que trata o art...

I – o conhecimento expresso ou a citação do denunciado, inclusive por meio de edital;

II – a apresentação de defesa prévia;

III – a decisão condenatória recorrível;

IV – qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato.

Art. ... – Toda sindicância ou processo disciplinar paralisado há mais de 2 (dois) anos, implicará em crime de prevaricação.

Art. ... - A execução da pena aplicada prescreverá em 5 (cinco) anos, tendo como termo inicial a data da publicação da decisão definitiva do processo ético de que trata o art...

Art. ... - Quando o fato objeto do processo ético-profissional também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art. ... - Deferida a medida judicial de suspensão da apuração ética, o prazo prescricional fica suspenso até a revogação da medida, quando então voltará a fluir.”

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado ROBERTO GOUVEIA
Relator